

HABEAS CORPUS Nº 548.859 - PR (2019/0358168-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO - PR042684
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOSLAINE DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSLAINE DE SOUZA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Consta dos autos que a paciente teve decretada sua prisão preventiva pela suposta prática dos crimes de roubo majorado e de associação criminosa armada.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 27):

HABEAS CORPUS – CRIMES DE ROUBO MAJORADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA – PRETENSÃO DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR DOMICILIAR PRIMANDO PELO CONVÍVIO E CRIAÇÃO DE SEU FILHO (DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL) – IMPOSSIBILIDADE – “FUMUS COMISSI DELICTI” E “PERICULUM LIBERTATIS” EVIDENCIADO – COMPORTAMENTO DA PACIENTE QUE NÃO SE COADUNA COM O SEU PRETENSO DESEJO DE ESTAR COM A SUA PROLE – AGENTE REITERADAMENTE ENVOLVIDA EM INFRAÇÕES, SEJA QUANDO MENOR OU MESMO AGORA COMO IMPUTÁVEL – MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA ANTERIOR REVELOU-SE INSUFICIENTE PARA AFASTAR A GENITORA DA SEARA CRIMINOSA – CONDUTAS QUE NÃO SE REVELAM NO MELHOR INTERESSE DO MENOR – DIREITO A CONVIVÊNCIA NÃO É ABSOLUTO, SOB PENA DE UTILIZAR A INSTITUIÇÃO FAMILIAR À PRÁTICA REITERADA DE CRIMES – HIPÓTESE A SE DAR PRIMAZIA AOS INTERESSES DA SOCIEDADE – EVENTUAL IMPOSSIBILIDADE NA CRIAÇÃO DO MENOR DEVE SER AMPARADA NO ÂMBITO DO CONSELHO TUTELAR – A DEFICIÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO NÃO É APTA A LHE GARANTIR DE FORMA AUTOMÁTICA A RESPECTIVA

Superior Tribunal de Justiça

LIBERDADE, MAS SEREM SANADAS EVENTUAIS CONTINGÊNCIAS – EXCESSO DE PRAZO NÃO VERIFICADO ATÉ A PRESENTE DATA – FEITO COMPLEXO – DEVIDO IMPULSIONAMENTO DA INSTRUÇÃO – ORDEM DENEGADA.

Na presente impetração, alega a defesa que "*a paciente é RESPONSÁVEL por seu filho Lucas Gabriel Frederico, de apenas 02 (dois) anos de idade, que está, atualmente sob os cuidados de sua avó, MARLENE MICHAELSEN DE SOUZA, que é portadora de câncer e está em tratamento*", e que "*a paciente se encontra presa preventivamente desde há mais de 1 (um) ano e 2 (dois) meses*" (e-STJ fl. 16).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Superior Tribunal de Justiça

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator